



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 23/2011

----- Acta da reunião ordinária realizada aos catorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze. -----

----- Aos catorze dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da acta da reunião anterior.

2. Período Antes da Ordem do Dia.

3. Ordem do Dia

3.1. Rectificação da deliberação tomada na acta da reunião ordinária realizada aos vinte e quatro de Novembro de dois mil e dez, respeitante a: apreciação da informação nº 42/DAG/2010, datada de nove de Novembro de dois mil e dez, referente a alienação do imóvel sito na Ponte Longa – Acta número três de dois mil e nove.

3.2. Apreciação do ofício nº 137/2011, datado de vinte e um de Novembro de dois mil e onze, remetido pela Associação Recreativa Filarmónica Popular Manteiguense – Música Nova, com o seguinte assunto: cedência de espaço envolvente à sede da Música Nova – Autorização de construção.

3.3. Apreciação da comunicação datada de vinte e três de Novembro de dois mil e onze, remetido pelo Senhor António Miguel Lucas Morais, e deliberação referente à Cedência de Posição Contratual – Bar do Jardim da Entrada da Vila.

3.4. Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2012.

3.5. Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 49/2011/ABS.P, datada de trinta de Novembro de dois mil e onze, referente às aquisições de serviços – requisições.

4. Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aprovação da acta da reunião anterior. -----

-----Achada conforme, a acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Presidente solicitou aos Senhores Vereadores o agendamento na Ordem do Dia, do ponto seguinte: 3.3: Apreciação da comunicação datada de vinte e três de Novembro de dois mil e onze, remetido pelo Senhor António Miguel Lucas Morais, e deliberação referente à Cedência de Posição Contratual – Bar do Jardim da Entrada da Vila. -----

-----Submetido a votação, a Câmara deliberou por unanimidade inserir, na Ordem do Dia, o ponto: 3.3 Apreciação da comunicação datada de vinte e três de Novembro de dois mil e onze, remetido pelo Senhor António Miguel Lucas Morais, e deliberação referente à Cedência de Posição Contratual – Bar do Jardim da Entrada da Vila. -----

-----O Senhor Presidente prosseguiu informando que a Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral solicitava a inclusão na Ordem do Dia, de uma rectificação referente à deliberação tomada na acta da reunião ordinária, realizada aos vinte e quatro de Novembro de dois mil e dez, respeitante a: apreciação da informação nº 42/DAG/2010, datada de nove de Novembro de dois mil e dez, referente a alienação do imóvel sito na Ponte Longa – Acta número três de dois mil e nove.-----

-----Submetida a votação, a Câmara deliberou por unanimidade inserir, na Ordem do Dia, como ponto: 3.1: Rectificação da deliberação tomada na acta da reunião ordinária realizada aos vinte e quatro de Novembro de dois mil e dez, respeitante a: apreciação da informação nº 42/DAG/2010, datada de nove de Novembro de dois mil e dez, referente a alienação do imóvel sito na Ponte Longa – Acta número três de dois mil e nove. -----

-----O Senhor Presidente transmitiu que tinha informações para prestar: a primeira, referente às iluminações de Natal que, face à época de austeridade que se está a atravessar, foi entendido não contratualizar os serviços de uma empresa de aluguer e montagem de iluminações, visto que é uma despesa evitável. No entanto, foi decidido colocar a iluminação de Natal, nalguns sítios da Vila, através dos meios próprios da Câmara Municipal utilizando, inclusivamente, alguma iluminação que estava em armazém e que foi rectificada. No mesmo âmbito, foi construída uma estrela de Natal e uma mensagem de “Boas Festas”, que será colocada, de uma forma visível, em frente à cruz de São Sebastião e que iluminará durante toda esta época Natalícia. Acrescentou que todo este trabalho foi feito, com bastante perícia, nas oficinas da Câmara. A iluminação de Natal não será tão exuberante como nos anos anteriores, mas assinalará a época. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que, relativamente à TDT (Televisão Digital Terrestre), após ter contactado uma série de entidades com responsabilidade nesta matéria, chegou à conclusão de que o caderno de encargos para a candidatura nacional não está completo, no que diz respeito à cobertura da totalidade do território Português. O concurso foi aberto, apenas, com 87% da área do Continente o que é, manifestamente, insuficiente nomeadamente nos chamados pontos negros, ou então, foi já a contar com os pontos negros, onde é extremamente difícil colocar o sinal digital. Destes 87%, sabe-se que a Portugal Telecom, tem já 92,8% do território feito. Ou seja, daquilo que foi concursado inicialmente, houve depois, a necessidade de alterar o concurso e cobrir mais algumas zonas. Contudo, o Concelho de Manteigas continua a ser um ponto negro, pois neste momento, não há qualquer tipo de perspectivas de abrangência do seu território. Continuou dizendo que, em consequência, tem agendadas duas reuniões, uma com a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), no sentido de os sensibilizar para que a cobertura seja 100%, a nível de todo o território do País e, com a PT (Portugal Telecom), a fim de ver, também, qual é a sua disponibilidade no sentido de abranger o território do Município. Entende que o Concelho não irá ficar sem sinal da TDT porque, serão encontrados meios para a resolução do problema e a Câmara, já em tempos, resolveu a questão da recepção do sinal analógico. A pretensão é que essa resolução aconteça sem custos para o Município. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que foi abordado por dois empresários da área da restauração e indústria de panificação, os quais lhe transmitiram que, tendo sido vistoriados, há cerca de três meses, ou mais, ainda não lhes tinham sido concedidos os respectivos alvarás. Decorrente destas petições, solicitou ao Senhor Presidente que mandasse averiguar se haveria algum impedimento na concessão dos alvarás. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou sobre a situação actual do Contrato Local de Desenvolvimento Social, sobre o valor actual da dívida da fábrica de águas, sobre qual o valor que, anualmente, a fábrica de águas paga à Câmara. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que, neste momento, tem conhecimento de que o Contrato Local de Desenvolvimento Social está aprovado, mas não houve, ainda, qualquer desenvolvimento, nem tão pouco nos que foram assinados na região, por parte do Instituto da Segurança Social. Desconhece se irá haver definição de novas políticas no âmbito destes contratos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso reformulou a questão e perguntou, tendo em conta que aquele contrato era muito exigente em termos de formulação e muito rígido em termos dos prazos, se a Câmara cumpriu todas as exigências. -----

----- O Senhor Presidente respondeu afirmativamente. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga aditou que a Câmara Municipal esclareceu em tempo e, dentro do prazo, três questões levantadas pelo Instituto da Segurança Social, sendo que o processo se encontra com esse Instituto, neste momento. -----

-----O Senhor Presidente solicitou que, relativamente à dívida da fábrica de águas, a Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral fizesse chegar ao Senhor Vereador a informação, visto que não a tinha presente no momento. -----

Prosseguiu dizendo que foi remetido o primeiro conjunto de facturas para tribunal e, já aconteceu o julgamento sobre as mesmas. O assunto está a ser tratado ao nível do representante jurídico do Senhor Dr. Miguel Paulino e da jurista da Câmara Municipal. Foi efectuado, por parte da empresa, um pedido de aprovação de apresentação de um plano de pagamentos que não teve, por parte da Câmara Municipal, qualquer aceitação, tendo em conta o seu conteúdo: solicitava o pagamento das facturas vencidas pelo prazo de dez anos, a iniciar-se em dois mil e treze; as facturas vincendas, o pagamento no prazo de cento e oitenta dias. Considera que é uma proposta sem qualquer tipo de aceitação. -----

Concluiu dizendo que leu no jornal “Diário Económico”, uma notícia referente à fábrica das águas, onde se demonstrava que a mesma produzia uma água, uma das melhores do mundo e, que a empresa “da Nascente” estava bem cotada no mercado e com uma perspectiva de facturação de cerca de dez milhões de euros, durante o ano de dois mil e onze. Portanto, isso tranquiliza o Executivo relativamente ao futuro da empresa e confere garantias de que a empresa não irá fechar. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, falar com o Senhor Dr. Miguel Paulino é insustentável. Em determinada altura, ele conseguiu subverter todo o processo, ficando a ideia de que, inclusivamente, os postos de trabalho estavam em causa porque a Câmara era a responsável por tudo o que estava a correr de mal. -----

Prosseguiu dizendo que, tomou conhecimento que a Câmara estabeleceu um contrato, que está em vigor, com alguma cedência da parte da Câmara, o que é razoável em negociações. Contudo, tem vindo ao seu conhecimento, informalmente, de que há sérias ameaças por parte do Presidente do Conselho de Administração, de que vai deslocalizar a fábrica, fazendo perder os postos de trabalho em Manteigas. Evocou que, na altura em que ele era Presidente de Câmara, este argumento, numa Assembleia Municipal que decorreu em vale de Amoreira, foi apresentado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da empresa. Também lhe foi transmitido que já tinha sido feita uma proposta de pagamento e que ele convenceu os trabalhadores que é uma proposta para regularização da dívida. -----

Continuou dizendo que a fábrica de águas não tem os licenciamentos necessários e suficientes; crê que um, é a nível industrial e o outro será a nível das construções. Prosseguiu afirmando



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que, naquela altura, havia esse problema de não haver um licenciamento ainda e, quase desde o princípio. Portanto, fica a saber que a Câmara não cede relativamente às irregularidades e quanto aos planos de pagamentos. Todavia, foi-lhe dito o contrário: o plano de pagamentos estava acertado, a CGD (caixa Geral de Depósitos) seria a credora da circunstância e até pagaria. O problema, eram os licenciamentos e pretendiam sobre isto apoio da Câmara. -----

De seguida, alertou para o facto de que há coisas que podem acontecer a todo o momento, vindo de quem vêem. Já existe a suspeição de que se vai acabar com os postos de trabalho, porque a Câmara está a inibir a actividade, por um lado, o plano de pagamentos (que pelos vistos, nem sequer tem a idoneidade para ser visto como tal) e por outro lado, não existirem licenciamentos. A todo o momento, pode acontecer uma malbaratação da empresa e até a sua deslocalização. -----

Finalizou alertando e, de certeza que o Senhor Presidente e a Câmara tudo farão para que as coisas corram a favor dos trabalhadores mas, também, na defesa do Município que é o que tem sido, nitidamente, atropelado pelo Senhor Dr. Miguel Paulino voltou a referir a possível falta da licença industrial. -----

-----O Senhor Presidente evocou o que já havia dito em reunião anterior: foi contactado por pessoas do ramo do engarrafamento de água, que estão interessadas na fábrica de águas "Da Nascente". Pensa que a postura do empresário relativamente aos trabalhadores, é de clara chantagem. No contrato com a Da Nascente, existem cláusulas contratuais e qualquer situação de transferência do engarrafamento para outro lado, o inibiria de levar a água. Não duvida de que tem havido um conjunto de manobras, por parte do presidente da empresa, no sentido de se furtrar ao pagamento da água e, no que diz respeito ao licenciamento, é ele que tem de desenvolver os procedimentos necessários para a emissão da respectiva licença e não, a Câmara Municipal. Se estiver disponível para pagar aquilo que a lei impõe sobre os licenciamentos das alterações urbanísticas, então, será emitida a licença. Continuou dizendo que o Presidente da Da Nascente quis, inclusivamente, negociar as taxas de urbanização, todavia estas não são negociáveis. Elas estão fixadas e aprovadas pela Câmara e, logo que as pague, será concedido o licenciamento da parte armazém, que é o que lhe falta, relativamente à Câmara Municipal. No que se refere ao licenciamento industrial, desconhece que haja alguma lacuna, contudo, ir-se-á informar sobre o assunto. Continuou dizendo que, pela publicidade que a água tem tido, não dúvida de que foi criada alguma apetência nos distribuidores e na forma como está no mercado também, visto que conseguiu uma boa cota de mercado. Todos sabem que a água tem qualidade, é reconhecida e, também, traz mais valias à empresa e se as traz, é lógico que a água seja paga. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que também pensa que existe alguma chantagem quando, a direcção da empresa, começou a suspender contratos de trabalhadores de Manteigas e a admitir trabalhadores de outros concelhos vizinhos. Existem trabalhadores de Manteigas desempregados, não precisa de contratar ninguém fora do Concelho.-----

Continuou dizendo que, relativamente ao plano de pagamentos, o jurista representante da empresa, sabe perfeitamente que o plano de pagamentos não tinha qualquer cabimento. Ninguém de boa fé, faz uma proposta daquele tipo.-----

Ordem do Dia-----

Rectificação da deliberação tomada na acta da reunião ordinária realizada aos vinte e quatro de Novembro de dois mil e dez, respeitante a: apreciação da informação nº 42/DAG/2010, datada de nove de Novembro de dois mil e dez, referente a alienação do imóvel sito na Ponte Longa – Acta número três de dois mil e nove.-----

-----Foi apresentada uma minuta de rectificação referente à deliberação tomada na acta da reunião ordinária realizada aos vinte e quatro de Novembro de dois mil e dez, respeitante a: apreciação da informação nº 42/DAG/2010, datada de nove de Novembro de dois mil e dez, referente a alienação do imóvel sito na Ponte Longa – Acta número três de dois mil e nove, que a seguir se transcreve:-----

“Em reunião ordinária realizada no dia catorze de Dezembro de dois mil e onze, a Câmara Municipal deliberou rectificar a deliberação em epígrafe, pelo que, **onde se lê:**

“Analisada a proposta e submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição do prédio rústico, inscrito na matriz predial sob o nº 1434, sito na Ponte Longa, freguesia de São Pedro, em Manteigas, pelo valor de **€22.250,00 (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta euros).**”

Deve ler-se:

“Analisada a proposta e submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição do prédio rústico, inscrito na matriz predial sob o nº 1434, sito na Ponte Longa, freguesia de São Pedro, em Manteigas, pelo valor de **€22.500,00 (vinte e dois mil, e quinhentos euros).**”-----

-----Submetida a votação, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a rectificação referente à deliberação tomada na acta da reunião ordinária realizada aos vinte e quatro de Novembro de dois mil e dez, respeitante a: apreciação da informação nº 42/DAG/2010, datada de nove de Novembro de dois mil e dez, referente a alienação do imóvel sito na Ponte Longa – Acta número três de dois mil e nove.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Apreciação do ofício nº 137/2011, datado de 21 de Novembro de 2011, remetido pela Associação Recreativa Filarmónica Popular Manteiguense – Música Nova, com o seguinte assunto: cedência de espaço envolvente à sede da Música Nova – Autorização de construção.-----

----- Foi presente o ofício nº 137/2011, datado de vinte e um de Novembro de dois mil e onze, remetido pela Associação Recreativa Filarmónica Popular Manteiguense – Música Nova, com o seguinte assunto: cedência de espaço envolvente à sede da Música Nova – Autorização de construção. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que a Música Nova estava a solicitar a cedência do espaço público, espaço pertença do Município, no sentido de ali criarem um complemento às suas instalações, para poderem confeccionar refeições e dar algum apoio a algumas actividades da banda, sem que com isso, se substituam à actividade de restauração, em Manteigas. A Câmara Municipal fará sentir à banda que não será mais do que para uso próprio. -----

Prosseguiu dizendo que a cedência pode ser feita de duas formas: cedência definitiva ou cedência com direito de superfície. A cedência com direito de superfície, evita uma série de requisitos, todavia, o terreno continuará a ser público. -----

De seguida, propôs a cedência do terreno, em regime de direito de superfície, à Associação Recreativa Filarmónica Popular Manteiguense – Música Nova e informou que a autorização para qualquer construção, estará sujeita a projecto a ser entregue na Câmara e apreciado, tecnicamente, face às disposições legais. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sugeriu que fosse efectuada uma cedência temporária, nos termos em que estava a ser proposto, e que fosse cedido por um período de cinco anos, renovado, depois, anualmente e automaticamente, se nenhuma das partes denunciar o processo, com um ano de antecedência. -----

----- Submetida a votação, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a cedência do terreno, em regime de direito de superfície, à Associação Recreativa Filarmónica Popular Manteiguense – Música Nova, para criarem um complemento às suas instalações, a fim de poderem confeccionar refeições e dar algum apoio a algumas actividades da banda, por um período de cinco anos, renovado, depois, anualmente e automaticamente, se nenhuma das partes denunciar o processo, com um ano de antecedência. -----

Apreciação da comunicação datada de vinte e três de Novembro de dois mil e onze, remetido pelo Senhor António Miguel Lucas Moraes, e deliberação referente à Cedência de Posição Contratual – Bar do Jardim da Entrada da Vila.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Foi presente a comunicação datada de vinte e três de Novembro de dois mil e onze, remetido pelo Senhor António Miguel Lucas Morais, referente à Cedência de Posição Contratual – Bar do Jardim da Entrada da Vila. -----

-----Submetida a votação, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a cedência da posição contratual, com todos os direitos e obrigações, por parte de António Miguel Lucas Morais, para António Miguel Aldeia de Carvalho, nos termos da informação produzida pela Jurista, em dois de Novembro de dois mil e onze. -----

Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2012. -----

-----O Senhor Presidente referiu que a apresentação dos documentos, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2012, estava a acontecer num momento extremamente conturbado, em termos económicos e financeiros a nível nacional, na vida do País e consequentemente, na vida dos municípios. Prosseguiu dizendo que o Orçamento de Estado vai trazer um pouco mais de dificuldades ao Município. No passado, a fundamentação, por vezes, era feita tendo por base o financiamento e, parte deste, era essencial para se desenvolverem todas as actividades que dizem respeito à responsabilidade dos Municípios, neste caso em particular, ao Município de Manteigas. Hoje, mais naturalmente se coloca a questão da falta de transferências e da falta de verbas a partir do Orçamento de Estado. Continuou evocando que desde 2009, em 2010 e 2011 houve redução nas transferências do Orçamento do Estado para os municípios, e fez-se sentir muito mais, nos municípios de menor expressão territorial e de menor actividade económica no sentido da captação de receitas. Continuou dizendo que 2010, 2011 e 2012, configuram uma redução significativa nas transferências do Orçamento do Estado, que ronda cerca de oitocentos mil euros. O actual Executivo teve que adaptar, em 2010, as despesas às receitas, que já então estavam a ser reduzidas. Em 2010, foi reduzida, significativamente, a despesa corrente o que continua a acontecer, depois, em 2011; aparecem em 2011, com um peso um pouco superior a 2010 porque, entretanto, foram previstas algumas actividades que se incluíam na área das despesas correntes, como por exemplo, o Festival Serra da Estrela, que estava orçamentado em quinhentos mil euros e não foi executado nesse montante. Ficou em cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Continuou dizendo que já houve em 2010, a necessidade de imprimir alguma austeridade no Plano de Actividades e no respectivo Orçamento. Em 2011, continuou-se na mesma linha e, o mesmo que foi feito agora em 2012. Salientou que há um valor de cerca de duzentos e cinquenta mil euros, de transferências das receitas correntes para as receitas de capital. Este montante, poderia ser maior, se porventura, não se estivesse a contar já, com o aumento da água e saneamento, com o aumento dos juros, com o aumento do IVA, na energia eléctrica para o próximo ano. Aquilo que se propõe e neste momento se apresenta, em termos de execução é um pouco a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

continuidade daquilo que foi perspectivado para 2011, porque amarrado como está o Município ao QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), através da contratualização que foi feita e dos projectos que ali foram inscritos, projectos esses, cuja documentação, a parte desenhada e escrita e apresentação de candidatura teve a sua objectividade durante o ano de 2010 e 2011, e que se encontra neste momento em fase de candidatura aprovada e de completo financiamento para ser concluído até 2013. Assim, esse Plano de Actividades vai consistir, em boa parte, nas obras que estão candidatas ao QREN, portanto aos Fundos Comunitários, sendo que de outra forma, não poderia suceder. -----

Prosseguiu dizendo que serão continuadas algumas actividades referentes à projecção do território para o exterior, tendo em conta que o Concelho de Manteigas, é um concelho de excelência turística, ou pelo menos, assim se quer tornar, através das características naturais, designadamente continuando a desenvolver actividades no âmbito do desporto de natureza e do desporto de aventura, retirando aquelas que, conscientemente, se reconheceu que, em 2011, não trouxeram o proveito, que era pensado, ao Concelho. Continuou dizendo que é necessário fazer este tipo de avaliação e perceber que houve actividades com muito mais atractividade e mais benéficas em termos de promoção territorial, do que outras. Aquelas que tiveram menos impacto foram retiradas. -----

Continuou dizendo que se vai continuar a apostar nas provas de BTT, nos percursos pedestres, cujo projecto foi iniciado ainda no anterior mandato e que se está, praticamente, a terminar. Será concluído em 2012, com uma grande apresentação pública, inclusivamente, com o apadrinhamento por parte do alpinista João Garcia que, para esse efeito, já anuiu estar com o Município de Manteigas. -----

De seguida, referiu que das provas internacionais de parapente, pelo menos uma irá ser realizada em 2012, que do ponto de vista do Executivo, continuará a atrair gente ao Concelho. ---

Prosseguiu dizendo que, na parte das obras públicas, os investimentos do QREN, configuram uma componente em termos turísticos, para a actividade do Concelho, mas também são obras públicas que valorizam o potencial do mesmo e contribuem também para a economia, não só através dos postos de trabalho que podem vir a criar, mas também àqueles que já directamente têm permanência efectiva durante o período de construção das respectivas obras. -----

No que diz respeito ao Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere, enquanto esteve na fase de construção civil, deu emprego a duas empresas de Manteigas. O Centro de Interpretação de Energias Renováveis está a ser construído em regime de sub-empregada e também lá trabalham alguns trabalhadores de Manteigas. Neste momento, cerca de vinte trabalhadores estão envolvidos nas obras públicas da Câmara Municipal. Portanto, não deixa de ser também um contributo para a manutenção do estado económico do Concelho de forma complementar.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não são actividades contínuas que tenham, depois, a sua repercussão em termos da fixação de postos de trabalho no futuro, mas estão a contribuir para que as empresas de construção civil tenham um pouco mais de economia.-----

Prosseguiu dizendo que se continua a apostar nos PERID's e nos PAPP's, com uma dotação de trezentos e trinta mil euros orçamentados para dois mil e doze, atingindo positivamente as famílias mais carenciadas, para a reparação das suas casas, melhoria da sua qualidade de vida e, ao mesmo tempo, na ajuda a determinados operadores económicos que ali têm, também, o seu trabalho para desenvolver. -----

Continuou dizendo que há uma parte que o preocupa e pensa que a todos que é, o que pode vir a acontecer à população de Manteigas, a par da população do País. Com todos os constrangimentos que se têm vindo a reconhecer na atitude do Governo, com razão, ou sem razão, mas no intuito de resolver os problemas do País, têm cada vez menos orçamento familiar. Tendo em conta esta realidade, foi criado pela primeira vez, no orçamento para o próximo ano, um "Fundo de Emergência Social", que se pretende implementar no início do ano. Já se começou a preparar o regulamento, todavia não se consegue tê-lo concluído antes de o orçamento estar aprovado. Existe a intenção de, durante o mês de Janeiro, trazê-lo à Câmara e no mês de Fevereiro levá-lo à Assembleia Municipal, no sentido de se poderem ajudar as famílias que, sem sustento, sem rendimento próprio, possam vir a encontrar-se nalguma situação insustentabilidade social. Esse fundo é dividido em duas partes; despesa de capital e despesa corrente, porque nunca se conhecem quais são os problemas que podem vir a atingir a população. Serve para a Câmara Municipal estar prevenida na compra de algum equipamento que seja essencial para a vida das pessoas ou até na resolução dos seus problemas do quotidiano, no pagamento de algumas dívidas, a que a Câmara tenha de se substituir. -----

Prosseguiu dizendo que o Município trabalha com fracas receitas. Existe uma receita considerada no que diz respeito às transferências dos Fundos Comunitários, porque uma boa parte dos projectos que se iniciaram, que têm neste momento, pedidos de pagamento mas que ainda não estão satisfeitos, todavia, irão ser satisfeitos durante o ano de 2012 e, alguns, durante o ano de 2013 e o montante é substancialmente mais elevado do que aquele que aconteceu durante o ano de 2011, pese embora que as previsões também já fossem algumas. O Executivo não tem culpa que o quadro comunitário estivesse atrasado, como atrasou, ao nível da sua gestão por parte da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Centro) e outros organismos. Daí que aparece um volume financeiro, em termos de receita, do Quadro Estratégico de Referência Nacional, um pouco mais elevado do que em 2010. O valor global do orçamento para 2012 aproxima-se dos valores referentes aos do ano passado, é quase uma coincidência, contudo, não se efectuaram comparações. Cortou-se onde se podia



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cortar, nomeadamente nas despesas correntes que, comparando rubrica a rubrica, no orçamento de 2012, com o orçamento de 2011, verifica-se que há rubricas que tiveram um corte significativo. Prosseguiu reiterando que esta aproximação tem a ver com os Fundos Comunitários. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia começou por solicitar que a acta da presente reunião, e uma vez que entendia que a acta iria ser pequena, acompanhasse os documentos para a Assembleia Municipal, pelo que seria fácil para a redactora, em vinte quatro horas, fazer o arranjo da acta. -----

De seguida, anuiu com o facto de a crise chegar a todo lado, mas quando chegou a redução dos inputs financeiros nas transferências para a Câmara, houve também redução de vencimentos por via legislativa, por duas vezes, e naturalmente as despesas correntes também reduziram porque já no ano passado, e neste ano e, a redução não é pequena, houve redução de vencimentos que são despesas correntes. Portanto, houve também redução dos encargos e também haverá redução dos mesmos para o próximo ano. Não haverá décimo terceiro, nem décimo quarto mês para uma boa quantidade de funcionários. Baixaram as transferências, mas já receberam verbas de 2008 e 2009 de um milhão e trezentos mil e têm fundos comunitários que nós não tivemos durante dois anos. -----

Prosseguiu dizendo que existe um compromisso da Câmara, de pagar no ano de 2012, os 5% do IRS referente a 2011. Pensa que a fatia não será pequena e que estará inserida no “Fundo Social” que vai criar ou no regulamento que será criado, porque o orçamento de Estado não retirou a verba que já tinha imputada para a Câmara, dos 5% do IRS. Espera que nalgum destes fundos sociais de distribuição social ou de apoio social, estejam lá os 5% do IRS para entrega aos Municípios. Qual será a forma de reembolso? -----

De seguida, expôs o seguinte, lendo um texto que desde logo se disponibilizou a entregar para redacção da acta: -----

“PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2012

A minha apreciação dos documentos que me foram presentes será feita em duas etapas:

A primeira, mais geral e de enquadramento;

A segunda, mais colada ao concreto e aos elementos escritos.

No anterior mandato, éramos nós, então, responsáveis pela governação executiva da Câmara, alertámos, criticámos e acusámos o Governo – era então do Partido Socialista – pelo RUMO e pelo ATROPELO à autonomia autárquica e à sua diminuta intervenção no desenvolvimento de Manteigas.

Evidenciámos as restrições e cortes orçamentais e financeiros aprovados com a Lei das Finanças Locais, do Ministro da Tutela, ao tempo, António Costa; Destacámos e reagimos ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

atraso medonho no encerramento do IIIº Quadro Comunitário e à falta de pagamento dos reembolsos que nos deviam de obras já executadas.

Reclamámos contra o atraso no arranque do IVº Quadro Comunitário – QREN, que devia iniciar-se em 2006, o que punha em causa a sustentabilidade económica-financeira e social e também o planeamento dos Pequenos Municípios como o nosso, praticamente sem receitas próprias.

Exigíamos uma visão integrada do território Nacional e uma discriminação positiva do Interior que definha cada vez mais e a olhos vistos. O tempo deu-nos razão infelizmente.

Conhecíamos bem, como conhecemos agora as nossas fraquezas e limitações e os nossos problemas. Sempre lutámos até ao limite das nossas capacidades para defender Manteigas e os Manteiguenses.

Informámos sempre a Câmara e Assembleia Municipal.

V. Exas. Então Vereadores do Partido Socialista e oposição na Autarquia, não ouviram ou não quiseram ouvir nem ver.

Agora, vêm angelicamente invocar e referir os mesmos argumentos que tanto criticaram em nós. Era vosso entendimento e opção fazer críticas ao nosso trabalho com a mesma atitude de autismo e arrogância do então Primeiro Ministro. Assumiam e vendiam facilitismos e visões fantasiosas, acusando-nos de não termos estratégia, de nos faltar assertividade, imaginação, criatividade, empenhamento e trabalho.

Para V. Exas. Portugal estava bem. Manteigas é que estava mal e a culpa era de quem estava à frente da Câmara. Agora não. Agora a culpa vem do Governo. Vem de fora dizem V. Exas.

Para V. Exas. Não importava que o Governo não pagasse à Câmara as verbas que lhe devia dos Apoios Comunitários do IIIº QCA e que como consta da Conta de Gerência de 2010 foram recebidas pelo actual Executivo nesse ano.

Foi esta Câmara que recebeu em 2010 cerca de 1.300.000€00 (um milhão e duzentos mil euros) de obras feitas em 2008 e 2009.

Mas isto, para V. Exas. pouco ou nada importava, tal era a necessidade de dizer mal, sem curar de ver a realidade.

Também não lhes importava que o IV QUADRO – QREN que devia começar em 2006/2007 só começasse a arrancar em 2009, com três anos de atraso. Andámos três anos sem sabermos o que fazer, sem dinheiro e sem regras.

Isto tudo era culpa do Governo, mas para V. Exas. não convinha reconhecer o facto. Era para vós melhor atacar o nosso trabalho e dava-lhes mais jeito. Era preciso dizer mal. Pronto.

Nós bem argumentávamos que, por causa do Governo não tínhamos dinheiro e por isso não podíamos encomendar projectos nem fazer as obras planeadas e indispensáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

V. Exas. faziam ouvidos de mercados e preferiam fazer críticas e acusações aos Planos de Actividade e Contas de Gerência.

Era bom que se relessem as actas com as vossas posições e que são para memória futura: Nós abandonávamos os projectos estruturantes; Os apoios sociais gastavam mais que as actividades económicas, porque não criávamos empregos; Cada ano é igual ao anterior, é mais do mesmo; uma história triste já conhecida: Destacavam a fraca execução orçamental, a incapacidade de fixar os jovens e até, pasme-se eram nossa culpa (da Câmara) os erros das Empresas e dos Empresários que levaram à falência e lançaram o desemprego. Os nossos argumentos eram desculpas de ruim pagador; Era incompetência nossa, não devíamos culpar nem o Governo, nem ninguém. Em Manteigas, os representantes do Partido Socialista na Câmara eram como o Governo de Portugal: já toda a gente em 2008 percebia e sentia o descalabro e a crise, mas viviam fora desta terra e deste País com imaginação febril e inconsequente, como se nada estivesse mal.

O Primeiro Ministro, com o País à beira da falência, fazia de conta e prometia o NOVO AEROPORTO, o TGV, a NOVA Travessia do Tejo. Até nos mandou a Manteigas um seu emissário, Secretário de Estado, a dizer que já aí vinha a Estrada da Ribeira, a Ligação à Auto-Estrada A23, a partir de Valhelhas, os novos IP's da Serra da Estrela, Piscinas de Água Quente, sei lá. O Partido Socialista fazia tudo e o País ia caindo.

O Governo sabia que era mentira. Nós também, mas vieram enganar-nos. E enganaram muitos. Por cá, a culpa era da Câmara. Afirmavam V. Exas. que se não há dinheiro arranjem-no, mexam-se, façam por isso. Baixem as tarifas da água, porque são autêntico roubo aos Municípios. Trabalhem não arranjem desculpas.

E AGORA?

Agora são V. Exas. Que dizem que a culpa por a Câmara e o Concelho estarem mal é dos outros, do Governo, da conjuntura, da crise. A culpa é de tudo e de todos, não é vossa.

Mas diz o Povo, grande Mestre, que PELA BOCA MORRE O PEIXE.

Pois é. Agora sois vós quem não respeita o programa eleitoral; Sois vós quem anuncia projectos e depois os deita fora: Mais de metade dos projectos planeados já foram varridos e adiados.

Sois vós quem tem acções e projectos no Plano sem um tostão para começar. Mas agora, a culpa é dos outros.

São V. Exas. Que não conseguem convencer-nos de que há futuro para além da crise e não abrem uma janela de esperança. Não têm estratégia, porque sem sequer conseguem imaginar o que querem para 2013, pois, teimosamente e ao arrepio da Lei do Pocal, não nos apresentam um Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

Como pretendem fixar jovens, empresas e criar empregos?



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Porque é que não baixam o preço da água, dos resíduos e dos efluentes como nos “exigiram” e depois se esqueceram?

É verdade agora são os Senhores que disseram e dizem que a culpa é dos outros, a culpa é do Governo, a culpa é da crise.

Nós sabíamos há anos e V. Exas. sabiam também que as dificuldades não eram só da câmara de Manteigas. Já eram de todo o País. Não são de agora como pretendem fazer crer. Pena é que não o tenham assumido no momento certo.

Os documentos do Plano e Orçamento não trazem nada de novo. São uma continuação do que nós tínhamos programado no anterior mandato.

Em circunstâncias parecidas nós fizemos melhor.

Este Plano não leva a lado nenhum não tem perspectivas para o futuro e não tem sustentabilidade.

Não vimos criticar os vossos argumentos para não fazermos como V. Exas. fizeram connosco quando apresentávamos as mesmas justificações. Ainda assim, estou certo que faríamos, ainda hoje, melhor do que os senhores. Dizemos isto, porque esperávamos que depois de tanta crítica, tanto ataque que nos fizeram conseguissem fazer mais e melhor para a Nossa Terra. Afinal, a montanha pariu um rato. É pena que só quatro anos depois tenham reparado que ninguém faz milagres. Nós sempre soubemos que sem sangue não se fazem morcelas.

No que respeita aos elementos concretos e formais do Plano e Orçamento para 2012, há coisas que formalmente são inadmissíveis e outras que não cumprem os normativos legais. Eis alguns:

- Como é possível que insistam em não apresentar o Plano Plurianual de Investimentos com a duração de quatro anos?

Já alertamos, sem resultado, em 2009 e 2010. O Pocal assim o determina, mas para vós é letra morta.

- Como é possível apresentar o Plano para 2012 sem nos dar elementos sobre qual foi a execução do de 2011 até Outubro passado?

Recorda-se que no ano passado a avaliação das GOP's foi apresentada.

Fizeram de propósito, o que seria lamentável, ou não têm elementos registados e actualizados, o que é muito grave quando se fala em controlo orçamental e maior eficiência dos meios?

Como sabem é um dever de todos os Vereadores responsabilizarem-se pela execução dos Planos e é seu direito disporem atempadamente de dados de execução e avaliação. Infelizmente, não nos foram dados. Então, como podemos nós pronunciar-nos sobre o Plano de 2012 se não sabemos o que se passou em 2011? É uma verdade incontornável que ninguém projecta o futuro sem conhecer do passado e do presente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- Acresce que não nos é dado conhecimento das execuções e das decisões tomadas com base em competências delegadas, como por exemplo alterações orçamentais o que, além de irregular, complica ainda mais a nossa tarefa de apoiar e fiscalizar o Executivo.
- Como é possível que as ditas GOP's não tenham no seu mapa próprio a indicação das verbas executadas em anos anteriores, "REALIZADO", nas acções que já vêm de trás? Até parece que a Câmara só existe a partir de 2012. Será que os registos contabilísticos estão atrasados? De qualquer forma revela desleixo e falta de rigor.
- Como é possível e com que rigor é que todas as verbas das diversas acções estejam identificadas com "FINANCIAMENTO DEFINIDO" o que significa que estão garantidas e negociadas quando assim não é, como sabemos? Devia haver financiamento "A DEFINIR" e não há.

- Porquê não há identificação das fontes de financiamento?

O Pocal define como se preenchem os modelos das GOP's. É só ler.

Quando defendemos e assumimos a defesa da qualificação de procedimentos e rigor como desígnio nacional, não se percebem estas lacunas e insuficiências num dos mais importantes, senão o mais importante dos documentos de organização e gestão da Câmara.

- Não se percebe a razão para que grande parte das acções inscritas nas GOP's não tenham qualquer verba a utilizar no ano de 2012. Então porque é que constam nas GOP's?
- Como é possível que mais de 90% das acções não tenham verba além do ano de 2012? Será que acabam a sua execução e pagamento num só ano em 2012?

Parece-nos falta de boa técnica de previsão e planeamento, o que talvez justifique que a reiterada falta de apresentação do PPI.

- Não conseguimos perceber como se conseguiu um valor global orçamental de 10.881.267 euros. De facto:

Considerando as transferências dos Fundos Governamentais e mais, no máximo dos máximos, 1,5 milhões de Fundos Europeus como é que se atinge aquele montante?

Onde se vão conseguir os 4.680.430 euros de verbas europeias?

Nós conhecemos verbas contratualizadas de 2.000.000, através da COMUNIDADE URBANA DAS BEIRAS até ao ano de 2013 e o resto vem donde?

Talvez nos seja dada uma explicação, agora, pois já perguntámos se havia novas verbas do QREN ou protocoladas com o Governo e não obtivemos resposta até ao momento.

Até agora não vimos de forma expressa ou implícita a atribuição de novos fundos ou protocolos aprovados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Estamos, ao que parece, perante um exercício de contabilidade criativa, o que em orçamento se configura como atabalhoamento e pouca credibilidade.

Nós até admitiríamos uma boa dose de criatividade e esperança com projectos inscritos no Plano, com verbas a definir e que fossem do ponto de vista do executivo, estratégicos em termos de política de desenvolvimento sustentado inclusivé os que sejam realizados por terceiros, mas considerá-las como Receita definida e com a correspondente Despesa não agoira bons resultados e nem sequer é razoável.

Os documentos são frágeis e inconsistentes, em termos de concepção e, infelizmente, em termos formais e regulamentares também.

Finalmente, estamos de acordo que a crise é uma realidade que atinge o País e particularmente o Interior e os Municípios mais pobres e mais pequenos.

Todos nós a sentimos nos anos de 2008 e 2009 e em Manteigas ainda antes já vivíamos com a crise dos lanifícios.

Parece impossível que V. Exas. Não a tenham sentido ou não tenham querido senti-la. Nós bem gritámos e alertámos, mas pior que ser cego e surdo é não querer ver nem ouvir.

A todos nós se impõe imaginação nas soluções e rigor na utilização dos reduzidos meios. É isto que não vemos nem sentimos no Plano e Orçamento para 2012.

A nossa intervenção pretende ser parte da solução e não do problema.”

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou, relativamente aos valores da receita que já em 2010 eram perfeitamente, desfasados e exagerados os valores em participação comunitária em projectos: dois milhões e duzentos e cinquenta e dois mil euros e, agora, subindo outra vez para quatro milhões e seiscentos e oitenta mil euros. Nestes três anos, ter-se-iam treze milhões de euros de “Fundos Comunitários”. Seria bom, todavia, considera que isto são números inventados, que não corresponderão minimamente à realidade como já aconteceu em 2010 e como vai acontecer em 2011. Estando a receita mal, toda a despesa está mal. Fica-se com uma confusão enorme, porque como os valores orçamentados para a despesa estão mal, fica-se sem saber o que é para fazer, ou o que é só para figurar no Plano de Actividades. A execução em 2010, foi de 35%. Em 2011, há-de ser parecida. Há sempre um desfasamento muito grande entre aquilo que se orçamenta e se projecta e aquilo que se executa. Em vez de se ter um orçamento de dez milhões e oitocentos mil euros, quase onze milhões de euros, deveria ter-se um orçamento de cinco ou seis milhões, e considerava-o já um orçamento razoável para as receitas que tem a Câmara Municipal.-----

Prosseguiu dizendo que, felizmente, existem comparticipações dos programas que se podem aproximar dos 100%, pelo menos chegar aos cerca de 95%, o que significa que, o facto de o anterior Executivo, no seu mandato, não ter executados as obras com comparticipações de 55%,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

significa que, neste momento, de uma comparticipação que ultrapassa os dois milhões, a Câmara Municipal vai ganhar 40%, equivalendo a mais de oitocentos mil euros, o que vai beneficiar, e muito, a tesouraria e a situação económica da Câmara. -----

Continuou dizendo que existem algumas acções que acha excessivas, tal como a “Requalificação Paisagística da Várzea”, no valor de quinhentos mil euros. Evocou que o Senhor Presidente tinha falado num projecto menos ambicioso. Encontra o valor excessivo para uma área daquela natureza, embora o local seja privilegiado para fazer a requalificação.-----

Prosseguiu dizendo que se irá ter a biblioteca municipal para daqui a três anos, se tudo correr bem. -----

Quanto ao Centro Lúdico-Termal, parece-lhe abandonado, com estes cento e vinte mil euros e o Centro de Artes e Ofícios do Eiró vai passar para o ano de 2013.-----

Continuou dizendo que ficou esclarecido em relação ao valor que ninguém quis colocar na acta da Câmara Municipal, sobre a empreitada do Ninho de Empresas da Sotave. Agora, portanto, já não são cento e cinquenta mil euros, nem são trezentos mil euros, mas são quatrocentos e trinta mil euros, numa única rubrica, e entende que aqui reproduz a ilegalidade do ajuste directo. Tinha de, necessariamente, ser feito concurso público com o volume de obras desta natureza. -----

Continuou dizendo que viu abandonado o transporte mecânico e as infra-estruturas para as Penhas Douradas, assim como a actividade museológica.-----

De seguida, indagou sobre a Grande Rota do Zêzere, que aparece dotada com algum valor, sobre a hipótese de ser aprovada a candidatura. -----

Continuou dizendo que não entendia o que é o posto de ancoragem de caravanas e esta linguagem marítima, só é justificada por causa do ribeiro que passa ali perto e espera que ele não se transforme num abarracamento. Todas as Câmaras têm espantado e proíbem o estacionamento de caravanas fora de locais adequados. Entende que as caravanas podem ir para o Skiparque, visto que não é assim tão longe. -----

Quanto ao Centro de Btt de Manteigas, acha que é uma iniciativa que o Senhor Presidente poderia reservar para a iniciativa privada e seria menos uma iniciativa da Câmara Municipal. Existe sempre uma oficina de arranjos de bicicletas, onde podem tomar banho. Não lhe parece relevante o arranjo de bicicletas por conta da Câmara. -----

O valor do PERID, parece-lhe bastante razoável, contudo, o valor do PAPF já lhe parece insuficiente. -----

Prosseguiu dizendo que a aquisição dos edifícios dos CTT deve ser humor, porque os edifícios já lá não estão. A rubrica não lhe parece que esteja bem, a acção não está bem definida: “aquisição dos edifícios do CTT”, visto que já não há nada para adquirir. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que toca à vertente da água, saneamento e resíduos, nenhuma Câmara consegue resistir ao diferencial entra a receita e a despesa. Receita da água: cento e noventa e seis mil euros, despesa da água, quatrocentos e cinquenta e seis mil euros; custo de saneamento: cento e cinquenta mil euros, a receita. Incluir o valor da receita previsto no orçamento. Desconhece como é que a receita é inferior à receita da água. Um diferencial de quatrocentos mil euros num lado, mais duzentos e cinquenta mil euros no outro, nenhuma Câmara pode assistir a este desastre, de ter um défice na prestação de serviços de cerca de seiscentos, setecentos mil euros. Entende que é necessário rever as tarifas, pondo a pagar mais, quem pode pagar e, pondo apoio social, a quem não pode pagar, porque nenhuma Câmara pode persistir. É este o principal factor de enfraquecimento da tesouraria da Câmara Municipal. -----

Prosseguiu dizendo que existe outra maneira artificiosa de aumentar a receita, que é vender as habitações sociais. Duzentos e setenta mil euros, dá jeito para reparações, mas não é por aqui que se resolve este assunto. -----

Continuou dizendo que os valores que estão a ser previstos para gastar em arruamentos e viação rural, um milhão e meio de euros, parece muito, mesmo demasiado para um único ano. Nenhuma Câmara, da dimensão de Manteigas, pode gastar um milhão e meio na viação rural, a não ser numa fase muito excepcional, tanto mais que os restantes investimentos, são cerca de dois milhões e quinhentos mil euros. -----

Continuou dizendo que não entende a quantidade enorme de rubricas que estão a “0”, o “Programa Finicia”, o “Programa de Apoio à Energia Solar”, desconhece porque é que estão a “0” as “Placas de Toponímia”, mas há uma série de acções que nem a “0” estão, estão em branco. São coisas que já acabaram o seu ciclo de vida e continuam a fazer volume nas páginas do orçamento. Existe uma rubrica de “Outros Juros” que não tem nada a ver com a amortização de empréstimos. Desconhece a que é que se refere. -----

Finalmente, pensa que existe uma descoincidência enormíssima entre o manifesto eleitoral que mais à frente demonstrará e aquilo que de facto a Câmara tem conseguido fazer. -----

-----O Senhor Presidente referiu que respeitava a apreciação efectuada pelos Senhores Vereadores, todavia não concorda com elas. -----

Relativamente às questões levantadas, não irá responder a todas, visto que são questões que não têm qualquer tipo de respostas, mas algumas serão respondidas. -----

Quanto à falta da coluna “Realizado” no documento das Grandes Opções do Plano, reconhece que por erro informático causado por falha da respectiva aplicação, a mesma não ficou impressa no documento final, tendo no entanto estado sempre presente durante a sua elaboração. Foram, igualmente, eliminadas as referências às acções não contempladas com dotação financeira. Do facto pediu desculpa aos Senhores Vereadores e solicitou a substituição dos exemplares



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

distribuídos logo que o problema seja solucionado. Os Senhores Vereadores anuíram a este pedido do Senhor Presidente. -----

No que se refere à forma como foi redigido o texto, foi redigido de uma forma perfeitamente entendível e só não entende quem não quer. Quando se diz que "...não esperávamos que a crise económica que afecta o País aumentasse dia após dia, ao ponto de reduzir drasticamente as transferências do Estado para as Câmaras Municipais...", as transferências do Estado para as Câmaras Municipais, não tem a ver com a oportunidade dos jovens, nem tem a ver com a fixação da população, nem com o combate à desertificação e ao envelhecimento. Mas, sem transferências e sem receitas a Câmara não pode trabalhar. Nada pode fazer. -----

Prosseguiu referindo que, o Senhor Vereador José Manuel Biscaia dizia que já estava farto de ouvir falar na dívida e que em relação à dívida, a Conta de Gerência de dois mil e dez, apresentava uma receita de um milhão e duzentos mil euros. Naturalmente, só que esse milhão e duzentos mil euros, não era suficiente para pagar a dívida que ficou. Não era para pagar uma factura da Embeiral de novecentos e vinte sete mil euros, outra da Proengel de oitenta e três mil e quatrocentos euros, outra da Enaque de vinte e nove mil e novecentos euros, outra da Qualitividade de quatro mil e setecentos e cinquenta e dois mil euros, outra da Tecnin de cinco mil e novecentos e quarenta euros, da Luz Raia de vinte e um mil e quinhentos euros e, nem havia contrato, da Airc de dois mil e setecentos e oitenta e seis euros, da Águas do Zêzere e Côa de vinte mil e seiscentos e cinquenta e cinco euros, acordos que tinham sido feitos e que não eram financiados pelos Fundos Comunitários de trezentos e quarenta e três mil euros, e outros, como a EDP, PASV de trezentos e doze mil e seiscentos e sessenta e quatro euros. ----

Prosseguiu entregando um documento ao Senhor Vereador José Manuel Biscaia onde diz, claramente, a que é que se destinavam as verbas dos Fundos Comunitários e que obras, projectos é que o anterior Executivo tinha financiados. Tinham apenas financiados 80% dos projectos entregues à Qualitividade, que tinham a ver com o "Apoio à Visitação da Serra da Estrela", tinham co-financiado o projecto da Energytop, que era o da mini-hídrica, e estes são os projectos que tinham co-financiados na altura. Exibiu e entregou o registo no valor de um milhão e setecentos e cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta e cinco euros de dívida que não tinha qualquer tipo de financiamento, qualquer tipo de candidatura aos Fundos Comunitários. ----

De seguida, referiu que lhe deixava no mesmo documento, os compromissos assumidos pelo anterior executivo com reflexo no futuro, na ordem de um milhão, novecentos e dezoito mil, setecentos e sessenta e três euros, alguns deles sim, com financiamentos aos Fundos Comunitários, mas notoriamente irrisório. Portanto, quando se fala na dívida, de facto, é na dívida que não estava registada. Foi a dívida que se apurou a seguir à tomada de posse do actual Executivo. No que se refere à falta de registo, estes elementos, não estavam registados



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

na contabilidade. Isso serve para dizer que, certamente o Dr. Alberto João Jardim ao pé dos Senhores Vereadores é um aprendiz.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou que constasse em acta que o Senhor Presidente o estava a chamar de vigarista e que vigarista era o Senhor Presidente da Câmara.-----

-----O Senhor Presidente referiu que não lhe admitia que o denominasse dessa forma. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia esclareceu que não era pessoalmente, mas enquanto Presidente da Câmara e o Senhor estava na reunião como Presidente da Câmara, assim como certamente ele se havia referido ao Presidente da Região da Madeira que, segundo ele, não registava as despesas. -----

-----O Senhor Presidente reiterou que não lho admitia. Continuou dizendo que o Senhor Vereador José Manuel Biscaia ficava agora com o registo de facturas, que não tinha registadas na Contabilidade quando devia, no momento em que o saiu da Câmara Municipal, para poder agora perceber aquilo que não conhecia quando saiu. Portanto, o Senhor Vereador ficou a saber o que tinha na Câmara na altura, que não tinha registado. Está provado o montante da dívida que o Senhor Vereador deixou. -----

Prosseguiu dizendo que, o Senhor Vereador diz que o actual Executivo “vende facilitismos”. O actual Executivo não vende facilitismos. Tanto não vende que reconheceu, perfeitamente, e na apresentação deste plano de actividades, que há projectos, com os quais o actual Executivo se comprometeu, que não é possível concretizar. Existe uma diminuição significativa das receitas, a todos os níveis, desde as transferências do Estado, até algumas candidaturas que se pensava que poderiam ser aprovadas e não o foram. Continuou dizendo que, no diz respeito a “vender facilitismos”, nunca este Executivo prometeu o Pavilhão Multi-Usos, nem o Campo de Golfe, nem o Centro de Estágio de Alto Rendimento, que andaram em planos de anos a fio, como é sabido. O Anterior Executivo teve que os abandonar, mas andaram em Planos de Actividades consecutivos. -----

Prosseguiu dizendo que relativamente ao facto de o preço da água não ter sido baixado, aconteceu porque, depois que o Executivo actual tomou posse, a água aumentou três vezes. Passou de 0,43 cêntimos para 0,60 cêntimos o metro cúbico em alta. O processo de adesão à AZC (Águas do Zêzere e Côa) foi aprovado pela Assembleia Municipal, contudo, não ele, actual Presidente da Câmara, não contribuiu para isso. Não contribuiu para que, de facto neste momento, a Câmara estivesse com este afastamento entre a receita e a despesa da água. Esta diferença, foi um erro cometido aquando da adesão à AZC, porque foi um processo ruinoso para a Câmara. Neste momento, a Câmara está a pagar tarifas que estavam previstas para o ano de dois mil e vinte sete. Portanto, o actual Executivo teria condições para baixar o preço da água,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se esta não fosse aumentada nestes últimos tempos, como tem aumentado de forma inadmissível. Em relação à água, pensa que ninguém de bom senso, estaria a reduzir os preços depois de os ver aumentados três ou quatro vezes, em função de contratos que foram feitos anteriormente e a que hoje o Município está ligado. É um problema incomportável com as condições naturais do concelho e já solicitou à Senhora Ministra do Ambiente, por duas vezes, que o recebesse em reunião, apreciasse o processo e deixasse sair o Município de Manteigas do contexto da AZC. O sistema multimunicipal não beneficia o município, antes pelo contrário, só o prejudica. Acima de tudo, prejudica os habitantes do Concelho de Manteigas.-----

Continuou dizendo que respondendo à questão de, como se atinge o montante de Fundos Comunitários que está orçamentado. Pois, com as candidaturas que têm sido feitas e felizmente, agora estão todas feitas e algumas com contratos assinados e, outras em fase de apreciação e, com majoração até aos 95 % de financiamento do FEDER. A Câmara Municipal está à espera que assim aconteça. Essa bonificação é em função do anterior Quadro Comunitário. Portanto, veja-se quem passou pelo Governo na altura. Prosseguiu dizendo que este montante foi atingido da mesma forma que o Senhor Vereador estava a pensar atingir. Aliás, da mesma forma não, porque o actual Executivo tem dados concretos das candidaturas aprovadas. Em 2009, o anterior Executivo tinha previsto cerca de cinco milhões duzentos e setenta e cinco mil euros, de Fundos Comunitários, para que obras, se elas não foram executadas nem tampouco estavam projectadas? Portanto, o actual Executivo ainda está aquém desse valor e espera conseguir que as candidaturas, que neste momento estão em bom ritmo, para ver se se consegue arranjar algum financiamento de obras que perderam financiamento no anterior quadro comunitário.-----

Prosseguiu dizendo que, relativamente ao projecto da Várzea, que quinhentos mil euros é exagerado. De facto, o projecto da Várzea já foi candidatado, é um processo que está em curso, neste momento, em fase de comunicação da intenção de adjudicação. Não é por este valor, mas é um valor mais baixo, como de facto anunciou, há tempos, em reunião de Câmara.-----

No que se refere o Centro Lúdico-Termal, há que o abandoná-lo, porque se não há receitas do POVERE, conforme estava proclamado e anunciado pelo anterior Executivo. Não pode este Município por si só, suportar os custos da sua construção. -----

Quanto ao Centro de Artes e Ofícios do Eiró, o Senhor Vereador referiu que, para este projecto, a sua realização vai até ao ano de dois mil e treze. Afinal, existe Plano Plurianual de Investimentos. Existem projectos que estão dilatados para o ano de dois mil e treze, e há projecções também para o ano de dois mil e catorze. Mesmo que não houvesse, o documento é exactamente, à semelhança do modelo que o anterior Executivo utilizou, porque a sua formatação está de acordo com as aplicações de uma associação, a que estão associados uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

série de municípios. Continuou dizendo que os Senhores Vereadores tinham o documento e que vissem qual é a diferença em termos formais da sua apresentação. -----

Quanto à Grande Rota do Zêzere, esclareceu que é um projecto que está candidatado e que vai ter financiamento através do By Nature- Provere. -----

Prosseguiu dizendo que não foi abandonado o transporte mecânico das Penhas Douradas e que nunca foi dito que era a Câmara que o iria fazer. Foi referido que a Câmara tudo faria, no sentido de encontrar um investidor que agarrasse este projecto. Havia reserva que estava definida para o projecto e que já vinha do anterior mandato e o actual Executivo baixou-a significativamente. Não havia receita para este projecto, mas sempre foi dito que se procuraria um investidor. Continuou dizendo que, infelizmente, o momento não é de investimento, é de retracção e espera que haja momentos em que os investidores vejam que Manteigas tem futuro e que pode ser um Concelho de excelência turística.-----

Relativamente ao projecto da Estação de Serviço de Caravanas, esclareceu que o projecto não se destina, propriamente, ao estacionamento de caravanas, mas é uma estação de serviço de caravanas. Existem muitas caravanas que chegam ao Concelho e, para efectuarem a descarga do reservatório das águas residuais, efectuam-no em qualquer sítio. Para reabastecer fazem-no em qualquer sítio. O equipamento que não será rentável, mas que será auto-suficiente porque, quem quiser parar a auto caravana e fazer o abastecimento de água potável, descarregar o reservatório de águas residuais, terá naturalmente de utilizar o aparelho, que funcionará com a introdução de moeda. Isto existe em muitas partes da Europa e muitos Países e, é assim que funcionam. Não é nenhum parque de sucata como o Senhor Vereador José Manuel Cardoso estaria a pensar que poderia vir a ser. -----

Quanto à Central de BTT, será para funcionar da mesma forma: quem tiver de utilizar os balneários, terá que pagar para entrar e será um projecto não rentável mas de alguma auto-suficiência. -----

Prosseguiu dizendo que relativamente ao PAPP, que o Senhor Vereador considera insuficiente, está calculado em função do recurso a este programa neste último ano e nunca anteriormente foi dotado de um valor tão elevado, trezentos e trinta mil euros. -----

No que se refere a venda das habitações sociais algumas, provavelmente, terão que ser vendidas. Pode-se e deve-se abrir a possibilidade da venda das mesmas, e com isso, arrecadar receitas, até para a reparação das restantes habitações sociais que a Câmara possui e que necessitam forçosamente de serem reparadas. -----

Continuou dizendo que relativamente à verba para os arruamentos, esta não é só para a construção de alguns arruamentos, mas para pagar algumas dívidas que foram negociadas e que se estão a pagar neste momento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que relativamente à questão dos juros, no valor de vinte e um mil euros, o técnico de contabilidade prestaria a informação. -----

Finalizou dizendo que o actual Executivo não vê só facilidades, nem via só facilidades, nem vê dificuldades agora, que não via antes. O que vê, efectivamente, é que hoje é preciso viver e gerir com muito menos receitas do que o anterior Executivo geria, anteriormente. É notório que as transferências do Estado para a Câmara Municipal em 2010, 2011 e 2012 sofreram uma redução de cerca de oitocentos mil euros. Os Senhores Vereadores nunca o viveram desta forma, porque a redução nunca chegou a este nível. -----

----- O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga esclareceu que, relativamente ao Centro de BTT, o que se pretende é que seja uma instalação onde, quem visita o Concelho, possa fazer alguma manutenção básica à bicicleta, nomeadamente encher os pneus ou lubrificar, mas muito mais além disso, lavá-la no final da viagem, ou do percurso e não será muito mais que isso. Não pretende substituir nenhuma oficina de bicicletas, e até pretende de certa forma, atrair esse mercado para Manteigas. Talvez já fosse necessário haver um mercado de venda e de reparação de bicicletas. A infra-estrutura será para dar apoio, mas o essencial do projecto será, o melhor aproveitamento dos trilhos pedestres que também estão denominados como cicláveis, entre outros que poderão surgir. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que o Senhor Presidente só lhe apresentava “papelinhos” da despesa e nunca apresentou “papelinhos” da receita. -----

----- O Senhor Presidente questionou o Senhor Vereador José Manuel Cardoso sobre que obras é que estavam candidatas dessa lista. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso respondeu que sabia que, quando o anterior Executivo terminou o mandato, a dívida das despesas correntes era no valor de duzentos mil euros. -----

----- O Senhor Presidente indagou sobre se o Senhor Vereador tinha essas despesas registadas, na altura. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso respondeu que tinha que estar. Tinha que estar requisitado o serviço, tinha que estar cabimentado. -----

----- O Senhor Presidente referiu que os Senhores Vereadores continuam a querer fazer passar que, aquilo que está cabimentado é a mesma coisa que aquilo que está facturado. E o Senhor Vereador quer à força, e já não é a primeira vez que o faz, confundir a cabimentação com a dívida. Pode-se cabimentar uma obra que se faça daqui a três ou quatro anos e a dívida surge daqui a três ou quatro anos. Surge depois do final do mandato e, já a tem cabimentada e não constitui, no entanto, uma dívida. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que o Senhor Presidente não está informado: cabimento é uma coisa, compromisso é outra. A seguir ao cabimento, só há contrato se se fizer o compromisso e é o compromisso que vincula e define as dívidas, sejam elas pagas ou não sejam no ano a que respeitam. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que a Embeiral, em novecentos e vinte e oito mil euros, falta-lhe a contrapartida de quatrocentos mil euros. A candidatura do campo de futebol era 75%, cerca de quatrocentos mil euros. -----

-----O Senhor Presidente discordou do que estava a ser dito, visto que essa receita já tinha sido arrecadada. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso replicou dizendo que quando o anterior executivo terminou o mandato, não havia uma única factura relativa ao campo de futebol. -----

-----O Senhor Presidente referiu que foi deixada uma facturação no valor de setecentos e onze mil euros, que não tinham qualquer financiamento, referente à ligação da rua do Capelo à Sra. dos Verdes, tendo disso o senhor Vereador conhecimento. Essa despesa, foi candidatada por este Executivo, a Fundo Comunitários. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso discordou e referiu que eram cerca de quinhentos mil euros. Continuou dizendo que há mais uma série de valores que pertencem aos percursos pedestres. Salientou que relativamente às obras do Centro Histórico, o valor de cerca de quatrocentos mil euros demoraram cinco anos a chegar à Câmara Municipal. -----

Prosseguiu dizendo que não estava preocupado com a listagem que o Senhor Presidente havia facultado. -----

-----O Senhor Presidente referiu que, destas facturas descritas, uma boa parte delas estava nas gavetas dos gabinetes e não estavam na contabilidade. E os Senhores Vereadores sabem disso. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso discordou e evocou que havia uma factura que ficou na gaveta de uma determinada senhora e que fez um despacho, no sentido de que nunca mais deveria acontecer. Porque, se voltasse a acontecer, haveria um processo disciplinar. -----

Prosseguiu dizendo que, relativamente ao “Fundo Municipal de Emergência Social”, é muito pelo social, mas recomendou que se tenham as maiores cautelas na redacção do regulamento. Finalizou indagando sobre o que se estaria a pensar relativamente ao valor de vinte cinco mil euros para despesas de capital, nesta acção. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que seria para alguma necessidade com equipamentos, ou alguma habitação que não tenha possibilidade de entrar no Programa do PERID, porque as candidaturas estão fechadas e que, no momento, vem precisar de uma resposta imediata, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

uma família que necessita de apoio. O apoio pode acontecer na compra de materiais para reparação, de equipamento para servir individualmente as pessoas nas suas necessidades mais básicas. É apenas uma cautela, porque poderia acontecer necessitar-se de uma satisfação do pagamento de uma despesa noutra área, para a qual não houvesse depois financiamento definido. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que o documento que o Senhor Presidente lhe entregou, tem a validade que tem, na medida em que é um documento solto, sem qualquer garantia de nada, independentemente do resto, sem assinaturas nem datas. -----

Prosseguiu dizendo tendo na mão a Conta de Gerência de 2010, que o que estava a mostrar eram as contas referentes ao exercício do ano de 2010, primeiro ano do exercício do actual Executivo em que, nas verbas dos Fundos Comunitários, está como recebido um milhão e trezentos mil euros de obras que vinham dos anos de 2008 e de 2009. Isso, o Senhor Presidente nunca disse. Nem nunca se refere ao dinheiro de transferências, água, resíduos e efluentes que recebeu no último trimestre de 2009. Nem referiu quais foram as contrapartidas de algumas facturas que já foram, depois, pagas pelo actual Executivo e que naturalmente foram reembolsadas, sendo obras já feitas. Isso é que acha e se chama “vigarice”. Não se dirigiu ao Senhor Esmeraldo Carvalhinho, mas sim à afirmação do Senhor Presidente da Câmara que os comparou a Alberto João Jardim no registo de despesas. Entende que, ou se faz um orçamento e equilibra-se a receita e a despesa com valores credíveis, caso contrário, não é nenhum orçamento. Portanto, o documento entregue pelo Senhor Presidente está desinserido da realidade e terá os valores que se quiser. -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente ainda não lhe tinha respondido acerca do IRS. Foi assumido e pensa que essa deliberação será levada à Assembleia Municipal, isto é que no ano de 2012 seja devolvido o montante de 5% relativamente a 2011. Como pretende devolver? Portanto, é bom que haja uma verba acautelada para o efeito. -----

Prosseguiu dizendo que relativamente ao abandono dos projectos, por parte do anterior Executivo, designadamente o Campo de Golfe e outros, pois naturalmente que sim, dado o atraso nos reembolsos e no QREN mas o actual Executivo é que nunca aceitou e o Senhor Presidente diz que “...a gente governa agora com menos dinheiro do que vocês governaram...”, pois o anterior Executivo, desde 2007 a 2009, governou sem Fundo Comunitário. Houve uma diminuição da receita, e esteve-se três anos, sem se poder aceder aos Fundos Comunitários, porque o Partido Socialista atrasou incompetentemente toda a execução do QREN, que só começou no final do ano de 2009. Foi feita uma proposta aprovada por todos em 2008 para um possível plano de financiamento na Comunidade Urbana das Beiras em que o valor global para Manteigas ultrapassava os cinquenta milhões de euros e para a COMURB os cento e cinquenta



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

milhões. Só foi atribuído dois milhões de euros para Manteigas. Em consequência, indagou sobre como é que o Senhor Presidente arranja cerca de quatro milhões de euros para 2012, quando a única garantia de Fundos Comunitários, no máximo, é de dois milhões de euros. A quantia é “miserável”, mas o Senhor Presidente também tem de se penalizar, à semelhança dele, pois foi esta a forma e os processos que o Partido Socialista arranhou, que deu para Manteigas dois milhões de euros para todo o QREN, até ao ano de 2013. Prosseguiu dizendo que, relativamente aos modelos dos documentos do plano, que são como ouviu, os mesmos que o anterior Executivo seguia, todavia não pode deixar de mostrar que, no “Realizado”, não há uma única verba realizada. Existem projectos com dez anos de execução sem nada executado. E depois veja-se a rubrica “...Financiamento Definido: Em 2012 está tudo definido o que está proposto, não há nada por definir...”. Não corresponde à verdade porque o Senhor Presidente acabou de dizer que até havia contratos que ainda não estavam feitos e até há previsões que não estão realizadas e se aguardam possíveis receitas ou financiamentos. São verbas não-definidas.-----

-----O Senhor Presidente referiu que as candidaturas estão todas feitas e não se tem projectos só na contratualização, mas também se tem um PRODER e o PORVERE *By Nature* e o PROVERE das Aldeias Históricas, só aí há duzentos e oitenta mil euros.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia retomou dizendo que no III QCA não era exigível o pagamento prévio das facturas, até quase ao seu final. Prosseguiu dizendo que foi o Senhor Presidente da CCDR-C que deixou dependurada a estrada de ligação, a E.R.338, porque com essa vigarice que já tinha referido, retirou ao Município o dinheiro que lhe pertencia e que estava negociado em termos de quadro comunitário com o IEP (Instituto de Estradas de Portugal).-----

-----O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga, referiu que o senhor Vereador José Manuel Biscaia tinha referido a palavra “angelicamente” no seu discurso, contudo não entende essa qualificação, anjinho não é nem pretende ser. E também não entende e, está à vontade para o fazer porque nem é filiado no PSD (Partido Social Democrata), nem no PS (Partido Socialista), esse intuito de diabolizar o PS, de que não é advogado de defesa e nem está mandatado para tal, mas também não compreende, neste caso, levar aos céus e santificar o PSD.-----

Prosseguiu dizendo que, na sua opinião, Portugal tem tido maus governantes a nível do Governo e infelizmente isso está traduzido no período actual em que se vive. Também ouviu o actual Primeiro Ministro, legitimamente eleito, dizer: nós, aumento de impostos? Nem pensar. Isto a menos de meio ano de tomar posse. Todavia, a A23, neste momento, é a auto-estrada, em termos de taxa, mais cara do País. O Primeiro Ministro também diz que, agora não há margem



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de manobra. Eram dois mil milhões de euros de folga, agora já vai em três mil milhões de euros, contudo, verificou-se que muitas famílias ficaram sem o subsídio de Natal e sem o subsídio de férias. A nível económico, muito provavelmente, será um desastre. -----

Prosseguiu dizendo que, ao ouvir o Senhor Vereador José Manuel Biscaia até pensou que o Senhor Vereador estava a confundir a gestão da maioria do Executivo da Câmara Municipal de Manteigas, com o governo do PSD. Porque este Executivo, até realisticamente abandonou determinados projectos, visto que não existe verba para os financiar, pelo que não se podem executar. As condições do momento são muito piores e o Senhor Vereador sabe disso tão bem como qualquer um dos membros do Executivo. O País, provavelmente, andou durante anos, a viver acima das suas possibilidades, gastando o que não deveria, nem podia. Quando o orçamento não é minimamente cumprido, quando não há algumas cautelas, obtêm-se maus resultados. -----

Continuou dizendo que a nível de actividades geral da Câmara Municipal, o apoio social foi aumentado; a nível de educação, não se descurou nada. Prosseguiu informando que já tem elencado, para o próximo ano, uma série de actividades dentro dos parâmetros habituais. -----

Continuou dizendo que a diminuição das despesas correntes, é um imperativo deste Executivo, quase desde o início do mandato. O Senhor Presidente da Câmara solicitou sempre que se tivesse o máximo de cuidado relativamente às despesas correntes. -----

Finalizou dizendo que o Senhor Vereador José Manuel Biscaia também diz que o Povo é bom juiz e, porventura, o Povo foi tão bom juiz, quando o Senhor Vereador ganhou as eleições autárquicas por um voto, como quando o actual Executivo ganhou por trezentos e quarenta e três votos, e qualquer deles foi legitimamente eleito. -----

----- O Senhor Presidente após as intervenções realizadas, colocou à votação o documento, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com os votos desfavoráveis dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, submeter as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento acompanhada do Mapa de Pessoal (nos termos do nº2, do artº 4º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro), para o ano de 2012, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do ponto 2, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- As Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2012, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, vão, nos termos do número 1, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 45362, de 21 de Novembro de 1963, e na redacção introduzida pelo artigo único do Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto, depois de assinados por todos os membros do Órgão Executivo e por eles rubricadas todas as folhas, ser arquivados na pasta anexa a esta acta. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Os Senhores Vereadores José Manuel Saraiva Cardoso e José Manuel Custódia Biscaia formularam a seguinte Declaração de Voto:-----

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Transcorrido mais um ano, verificamos que o executivo municipal insiste no incumprimento na apresentação do Plano Plurianual de Actividades, o documento que permite verificar e analisar a estratégia para o desenvolvimento do concelho de Manteigas. Esta teimosa insistência na omissão e no erro não pode deixar de preocupar os manteiguenses.

Sem Plano Plurianual, quase dispensávamos o plano anual para 2012, melhor dizendo, a 2ª edição do plano de actividades para 2011, agora com um montante inferior em 7.295 euros no orçamento.

Mais! Onde está a avaliação das GOP's de 2011, reportada a Outubro deste ano, e que devia servir de base às GOP's de 2012? Foi de propósito, ou por falta de registos?

E o que dizer dos montantes executados em anos anteriores? Será que se varreram da história e da memória? É que nada consta.

Logo na apresentação do plano se percebe que foi um documento feito à pressa, em cima do joelho, com erros ortográficos grosseiros e utilização de palavras que significam o contrário do que se pretendia dizer. E se é assim na forma, o que dizer do conteúdo? Sem ideias, sem estratégia, sem inovação, é com grande apreensão que Manteigas assiste à completa descoincidência entre um discurso eleitoral, onde havia algum discernimento, e as práticas, que cedo deixaram antever a falta de preparação e a falta de competência do executivo para responder às expectativas criadas. Da leitura dos documentos, facilmente se percebe o desalento, a falta de ambição, o negativismo, a desistência, como se as pessoas se tivessem arrependido de se envolver neste desafio exigente de fazer Manteigas sobreviver.

Percebemos que, nalguns aspectos, as circunstâncias não são favoráveis. Manteigas, ao contrário do que algumas pessoas achavam há pouco mais de dois anos, não é uma ilha, estando, por isso, sujeita às circunstâncias regionais, nacionais e internacionais. Há de facto mingua de recursos.

E como se enfrenta esta mingua de recursos? Com rigor, com contenção, com respeito pela legalidade, com definição de prioridades, com inteligência e, sobretudo, com muita imaginação. O povo gosta de música e florinhas, mas este não é o tempo do desperdício, do espectáculo e do folclore.

Como é possível, depois de assistirmos aos insistentes lamentos discursivos, que se continuem a gastar rios de dinheiro em cremes de beleza, quando o que é necessário é investir em projectos reprodutivos que gerem riqueza. Desde sempre que o Município de Manteigas não pode governar-se com os 4% de receitas próprias, pelo que a melhor forma de multiplicar o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

investimento é aplicar os recursos próprios em candidaturas aprovadas. Em tempo nenhum a Câmara de Manteigas teve oportunidade de promover o investimento com taxas de comparticipação que rondam os 95%, como agora acontece, pelo que são inadmissíveis os queixumes e as lamúrias. Como inadmissíveis são as referências à situação económico/financeira herdada, quando se pode verificar em todos os relatórios de contas que o saldo dos créditos do Município foi sempre superior ao das dívidas de curto prazo. Aliás, seria absolutamente incompreensível que se constatasse uma situação desconfortável e se insistisse, como vem acontecendo desde há dois anos, em gastos sumptuários e supérfluos e em despesa que nada nos traz.

Não fosse a contratualização de uma verba que ultrapassa os dois milhões de euros no mandato anterior e estaríamos perante uma Câmara estagnada, tal a incapacidade e inépcia em conseguir novas candidaturas e angariar novos investimentos de entidades privadas no Concelho.

Quanto ao orçamento, assumindo com muita dificuldade que se trata de um orçamento, bastará folhear duas páginas para constatarmos o logro e a intrujice de tal documento. O pressuposto do orçamento é o seguinte: “vamos lá supor que a participação comunitária em projectos co-financiados é de 4.680.000 euros..”. Já em 2010 e 2011 denunciámos esta trapaça, contrária a todas as regras da contabilidade, da gestão e da administração. Em vão, apesar de logo se ter verificado nas contas de gerência de 2010 que dos 5.340.000 euros de candidaturas previstos no orçamento só se terem recebido 1,305,969,80 euros. Mas pasme-se, este valor, que corresponde a cerca de 24% do orçamentado, respeita ao reembolso das obras realizadas no mandato anterior provenientes de fundos comunitários. É ESTA A DESDITOSA HERANÇA?

Mais uma vez constatamos a omissão das fontes de financiamento na despesa, e só a preguiça duns e o desleixo de outros podem ser dados como explicação. Justificação igual pode ser dada para as inúmeras acções, a esmagadora maioria, fora do prazo de validade, cuja dotação nem zeros merece: está simplesmente em branco.

E o que dizer do “FINANCIAMENTO GARANTIDO” para todos os projectos? Onde e quem o garantiu?

De entre as raras virtudes que o orçamento contém, destacamos a dotação de 430.000 euros, em dois anos, para o ninho de empresas da Sotave. Depois de tanta relutância em fazer constar o valor da obra em acta da Câmara, cá está no orçamento a confirmação da ilegalidade do artificioso fraccionamento da despesa para se fugir ao concurso público. É com este sentido ético e transparência, que já tínhamos identificado no concurso público urgente de 48 horas para o Centro de Interpretação de Energias Renováveis, que se (des)governa no Município de Manteigas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Percorridos mais de dois anos de mandato, ressalta a falta de memória do executivo socialista no que se refere ao compromisso eleitoral apresentado em 2009.

Por comiserção, nem sequer vamos comentar os principais objectivos programáticos: promover a criação de emprego, melhorar a competitividade das actividades económicas e atrair novas, ordenar definitivamente o território (implementação logo em 2010 da revisão do PDM), promover Manteigas a “Município de Excelência turística” suportada na imagem “Município com qualidade de vida”.

Não foi necessária muita minúcia para identificarmos mais de 40 acções no programa eleitoral, que o executivo socialista se propunha executar ou dinamizar.

1. Criar prémios municipais de produtividade e inovação para os melhores empresários e para os projectos inovadores
2. Rápida construção da ligação da A23 a Valhelhas, a requalificação da ER 338 e da EN 232
3. Dinamizar o Conselho da Juventude: Criação do Observatório da Juventude – base de dados dos jovens do concelho com vista ao ingresso no mercado de trabalho – procurar saídas profissionais – preparar currículos com vista às candidaturas a emprego – promover cursos de verão e formação contínua
4. Apoiar a aquisição de equipamento informático para os estudantes
5. Apoiar as juntas de freguesia a concretizar os seus programas de actividades
6. Não delegar as responsabilidades na Câmara
7. Construir a ligação Mecânica de Manteigas à Fraga da Cruz
8. Promover a construção de hotel de qualidade
9. Potenciar o aproveitamento das águas termais
10. Aproveitar a Casa Etnográfica para actividades ligadas ao turismo ou a Centro de educação ambiental, com exposição do espólio dos serviços florestais de Manteigas
11. Recuperar a Aldeia Histórica de S. Gabriel: Quinta ecológica, Campo de férias com apoio campista, Clube sénior residencial, Pólo do Museu dos Lanifícios.
12. Construir o Centro Lúdico Termal
13. Criar a Estância de Montanha das Penhas Douradas
14. Intercâmbio de jovens e idosos com municípios do litoral de forma a estabelecer permutas para gozo de férias na praia e na montanha
15. Novo impulso à candidatura do programa Habitat + (este programa já tinha terminado antes do acto eleitoral)
16. Apoiar a reinstalação da Banda Boa União
17. Criar um auditório ao ar livre para substituir o Campo das Festas
18. Criar o Museu de Manteigas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

19. Organizar um encontro ibérico de música popular
20. Promover a instalação no concelho de uma Escola de Actividades/Desportos de Montanha
21. Promover um grande acampamento nacional de Verão
22. Viabilizar a construção de um percurso de canoagem
23. Estabelecer com as diversas federações desportivas nacionais protocolos para a realização de actividades desportivas ao longo do ano
24. Apoiar a realização de estágios profissionais a todos os estudantes de Manteigas
25. Dinamizar a Escola de Hotelaria
26. Deslocalizar para Manteigas diversos cursos de formação profissional do IEFP
27. Elaborar um Plano de Ordenamento Florestal para o concelho
28. Apoiar a agricultura tradicional e incentivar o aparecimento de agricultura biológica
29. Elaborar uma estratégia de revitalização do Centro Histórico
30. Requalificar o espaço do mercado ao ar livre
31. Requalificar a Rua das Carreiras
32. Valorizar urbanisticamente a Praça da Louça – Rossio
33. Alargar a estrada entre o cruzamento de S. Gabriel e a ETAR
34. Alargar a estrada da Boavista
35. Pavimentar condignamente a estrada das Lameiras
36. Pavimentar a estrada da Serra de Baixo
37. Sinalizar e colocar railes de protecção na estrada de S. Sebastião
38. Hotel da Fonte Santa, uma realidade a curto prazo
39. Apoiar a requalificação do apoio ao campismo do Covão da Ponte
40. Requalificar o Parque de Merendas do Poio da Oliveira
41. Adquirir as casas dos guardas florestais e reconverte-las em casas de turismo de natureza
42. Requalificar a zona envolvente do Poço do Inferno
43. Requalificar a Relva da Cambaia

É caso para dizer que de boas intenções está o Inferno cheio.

Infelizmente, para Manteigas e para os Manteiguenses, o compromisso eleitoral caducou no próprio dia das eleições.

Por tudo quanto fica dito, os documentos que nos foram disponibilizados para análise estão muito longe de merecer o nosso acordo, pelo que o nosso voto é desfavorável.

Tentaremos acompanhar, como nos cumpre por lei, a acção do Executivo e das suas competências com lealdade, apesar das obstruções sistemáticas que nos são colocadas e do



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cerceamento dos elementos que por direito nos devem ser presentes, impróprios de uma desejada convivência democrática,

Manteigas, 14 de Dezembro de 2011

José Manuel Saraiva Cardoso

José Manuel Custódia Biscaia”

Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 49/2011/ABS.P, datada de trinta de Novembro de dois mil e onze, referente às aquisições de serviços – requisições. -

-----Foi presente a informação nº 49/2011/ABS.P, datada de trinta de Novembro de dois mil e onze, referente às aquisições de serviços, de acordo com o deliberado em reunião ordinária, de 09 de Fevereiro do corrente ano.-----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal, deliberou, ratificar as aquisições de serviços. ---

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.-----

-----Foi presente a relação número dezoito, barra dois mil e onze dos actos praticados por delegação do Senhor Presidente.-----

Finanças Municipais.-----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de cento e cinquenta e dois mil, setecentos e sessenta e sete euros e vinte cinco cêntimos (€ 152.767,25).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e trinta e oito minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim

Maria Gabriela da Palma Gomes

Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----.
